

Em defesa da liberdade acadêmica e da autonomia
: apresentação ao dossiê “Autonomia Universitária no Brasil, 30 anos (1988-2018):
história, projetos e impasses”

Marcelo Knobel

Professor titular do Departamento de Física da Matéria Condensada do Instituto de Física Gleb Wataghin da Universidade Estadual de Campinas (IFGW-Unicamp) e Reitor da Unicamp desde 2017

Nos últimos anos temos vivido no Brasil um período de fortes ataques às universidades públicas, que vão desde acusações completamente infundadas, até cortes substanciais em recursos para custeio, pesquisa e bolsas. Esses ataques têm ocorrido sistematicamente, e surgem de diferentes esferas de governo (federal e estadual) e de diversos órgãos e instituições (executivo, legislativo e órgãos de controle).

Estamos mergulhados neste momento em uma crise sem precedentes, e o noticiário está tão carregado de notícias ruins, que as questões da educação superior chegam a passar despercebidas. É fato que a sociedade brasileira tem passado por um grave momento de forte polarização política. Obviamente, a polarização política, em si, não constitui um fenômeno incomum. Entretanto, chama atenção o clima de acirramento que, em muitos casos, extrapola o campo das ideias para entrar no terreno das hostilidades, que em nada contribuem para a consolidação de um regime democrático arduamente conquistado. Preservar essa conquista, situando o debate no campo das ideias, é um sinal de maturidade intelectual e inteligência política. Relembro aqui alguns fatos, que hoje parecem até distantes, mas que já indicavam um claro movimento que vinha se formando até mesmo antes das eleições.

Uma semana antes do 2º turno das eleições no Brasil em 2018, diversos ataques às universidades públicas foram articulados por magistrados e policiais em diversos cantos do Brasil. Além de proibição de algumas faixas e alguns cartazes, houve deputados eleitos sugerindo que os estudantes filmassem professores para denunciar eventuais

“doutrinações” ou mesmo que evitassem aglomerações ou reuniões em grupo. A comunidade acadêmica reagiu rapidamente, com diversos protestos e mobilizações. A título de exemplo, em 26 de outubro de 2018, a reitoria da Unicamp publicou a seguinte nota:

Autonomia universitária e liberdade acadêmica afirmaram-se como os dois principais valores defendidos pelas universidades que assinam a *Magna Charta Universitatum* (MCU), documento internacional que estabeleceu os princípios fundamentais das escolas superiores, em 1988, por ocasião do 900º aniversário da Universidade de Bolonha. Conforme amplamente noticiado, os 30 anos da primeira edição do documento, do qual a Unicamp é signatária, foram celebrados na Universidade de Salamanca, em setembro, quando os valores estabelecidos pela Magna Carta foram reiterados.

O Brasil, por sua vez, estabeleceu a autonomia universitária como princípio constitucional consagrado em 1988. No ano seguinte, esse princípio foi aplicado em sua plenitude nas três universidades públicas de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp) com a instituição do regime de autonomia financeira com vinculação orçamentária, o que produziu impactos significativos na produção acadêmica destas instituições. De maneira objetiva, elas podem demonstrar isso por meio de indicadores de qualidade e de produtividade, que abrangem o ensino, a pesquisa e os serviços prestados à comunidade.

No momento em que a sociedade brasileira atravessa um novo período eleitoral para a Presidência da República e Governos Estaduais, é mais que oportuno destacar os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira e na Carta Magna de Bolonha como norteadores das políticas públicas voltadas para o ensino superior. Autonomia universitária e liberdade acadêmica constituem pilares indispensáveis para que as universidades cumpram sua missão social, razão pela qual os poderes públicos devem garantir e promover o respeito a estas prerrogativas.

Nunca é demais lembrar que nenhum país conseguiu atingir um ritmo progressivo e sustentável de desenvolvimento econômico e social sem a construção de um sólido sistema universitário. Por sua vez, não é possível consolidar as bases de um ambiente acadêmico eficiente sem a garantia do livre debate de ideias e preservação das liberdades civis, que garantem a todos os cidadãos o direito de assumir e externar livremente suas convicções, sem sofrer perseguição de qualquer governo, instituição ou grupo social.

A Unicamp, que sempre valorizou a discussão de temas fundamentais para a sociedade brasileira, vem a público reiterar a defesa dos princípios indispensáveis às atividades universitárias, num ambiente de tolerância, respeito e responsabilidade. No atual contexto brasileiro, reconhecer, respeitar e valorizar a liberdade acadêmica e a autonomia universitária constitui não apenas um ato de justiça, mas uma medida estratégica para o desenvolvimento do país.¹

1 Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/10/26/em-defesa-da-liberdade-e-da-autonomia>>. Acesso em: 2 out. 2020.

A então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apresentou nesse mesmo dia a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 548 contra decisões de juízes eleitorais que determinavam, além da busca e apreensão de panfletos e materiais de campanha eleitoral em universidades e nas dependências das sedes de associações de docentes, a interrupção de manifestações públicas de apreço ou reprovação a candidatos nas eleições gerais de 2018, em universidades federais e estaduais.

Naquele momento, era impossível imaginar o que ocorreria na educação, e em particular na educação superior, a partir da posse do novo governo em janeiro de 2019. Passaram pelo Ministério da Educação quatro ministros, que deixaram marcas muito negativas para o setor, e externalizaram diversos ataques às universidades públicas. Além de falas completamente absurdas (como afirmações que as universidades públicas plantam maconha, por exemplo), de mentiras em seus currículos, e de diversos tipos de hostilidades, houve concretamente cortes nos orçamentos das universidades, e também nos programas de bolsas e apoio à pesquisa. Além disso, o Governo Federal planejou um programa denominado “Future-se”, que pretendia alterar significativamente o modelo de gestão e autonomia das universidades federais.

Diante da rejeição do programa “Future-se” pela grande maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, o Governo Federal tem buscado novas formas de interferir na administração dessas instituições. Em junho de 2020, o presidente da República publicou uma Medida Provisória (MP) para que, se o mandato de 4 anos de um reitor em uma instituição de educação federal terminasse durante a pandemia Covid-19, o Ministério da Educação designaria um novo reitor para liderar a instituição, desviando-se da longa e estabelecida tradição pela qual os dirigentes universitários são escolhidos a partir de uma consulta à comunidade universitária, onde votam professores, funcionários e estudantes. Como o Governo Federal demonstrou pouquíssima preocupação com a pandemia Covid-19, essa medida era claramente um meio de interferir na autonomia dessas instituições. De fato, a afirmação de que não seria possível votar em novos reitores durante a pandemia é completamente absurda, uma vez que a maioria das atividades continuou remotamente, e a tecnologia torna perfeitamente possível a realização de eleições seguras à distância. Felizmente, o Senado derrubou a decisão dois dias depois, pois claramente a MP fere um princípio constitucional.

Mas isso não foi suficiente, pois aparentemente a nova estratégia é atacar a autonomia por meio da escolha dos reitores. O processo de escolha de novos dirigentes universitários federais começa com uma consulta interna à comunidade universitária.

Após a consulta, um colégio eleitoral especial da universidade envia ao presidente uma lista ordenada com os três principais candidatos, tipicamente com base nos resultados da eleição institucional. Assim, esta consulta formaliza a manifestação da comunidade acadêmica sobre qual projeto acadêmico pedagógico e de gestão que a universidade deve orientar seus destinos institucionais. A prática, desde o retorno à democracia, tem sido a de que o presidente nomeia o primeiro nome da lista, respeitando a escolha da comunidade acadêmica. No entanto, este não tem sido a prática geral neste governo. Desde 2019, o presidente já nomeou 27 reitores, desrespeitando a escolha institucional em dez casos. Em um dos casos, o nomeado nem sequer estava na lista tríplice. Embora não haja obrigação de escolher a partir da lista da universidade, aceitar a preferência da comunidade acadêmica não é apenas uma tradição, mas uma expressão importante da autonomia, democracia e legitimidade das instituições. A nomeação de um reitor escolhido majoritariamente pela comunidade universitária garante também a legalidade e a impessoalidade, e privilegia a sintonia do dirigente com o projeto acadêmico da universidade e a liderança institucional também necessárias para a gestão eficiente e plural. A administração de uma universidade complexa por uma pessoa que não foi escolhida pela maioria da comunidade só agrava as tensões no ambiente acadêmico.

Nos âmbitos estaduais, também observamos diversos movimentos contra as universidades. No caso de São Paulo, que tem um sistema de educação superior consolidado, que é responsável por praticamente metade da pesquisa feita no país, os ataques vieram tanto do legislativo quanto do executivo. Em 2019 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), contra as três universidades públicas do estado (USP, Unicamp e Unesp). Após quase um ano de oitivas, não houve nenhuma comprovação de irregularidades por parte da CPI. Já em 2020, o Projeto de Lei 529 de reforma administrativa do Estado pretendia confiscar mais de um bilhão de reais das três universidades públicas e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A comunidade acadêmica se mobilizou fortemente para derrubar este artigo do PL.

Importante destacar que a convivência respeitosa e democrática constitui condição indispensável para que as universidades cumpram sua missão, voltada para a geração de conhecimento e formação de cidadãos nas mais diversas áreas. Afrontar o ambiente acadêmico com atitudes antidemocráticas e hostis compromete não apenas a missão primordial das instituições, mas sobretudo a sua relação com a sociedade que, em última instância, é a principal fiadora das atividades da universidade.

É inaceitável que as universidades públicas brasileiras sejam vítimas de pressões de qualquer sorte – financeiras, sociais ou ideológicas – que as impeçam de desempenhar

suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma livre e autônoma. Caso persistam os ataques, o Brasil corre sério risco de enveredar por um caminho, de difícil retorno, rumo à estagnação e ao obscurantismo. Assim, defender a liberdade acadêmica e a autonomia das universidades públicas significa zelar pelo futuro de um dos principais patrimônios do país.

Esta breve introdução aborda superficialmente alguns dos aspectos práticos, relacionados com os ataques diretos e indiretos à autonomia universitária das universidades públicas, que temos vivenciado em nosso país. Evidentemente o tema é muito mais complexo, e tem diferentes perspectivas e realidades, com outros tantos desafios. Assim, é muito auspicioso que a 16ª edição da *Revista Angelus Novus* (RAN), a publicação dos pós-graduandos em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo (USP), organize um dossiê com o tema da “Autonomia Universitária”. O dossiê traz artigos que avaliam a trajetória histórica da autonomia universitária brasileira nas universidades públicas e privadas e seus desafios atuais, discutindo questões da autonomia administrativo-financeira e o didático-científica.